

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato ISO

NASCIMENTO, Alexandre do. **ENADE prova que ações afirmativas são eficazes**. Rio de Janeiro: Revista Global, Número 9, 2008.

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **ENADE prova que ações afirmativas são eficazes**. [citado dd/mm/aaaa]. Disponível em <http://www.alexandrenascimento.com>.

ENADE prova que Ações Afirmativas são eficazes

Alexandre do Nascimento

Governo Federal ignora desempenho positivo dos bolsistas do Prouni e não usa o resultado do exame para fortalecer o discurso pró-cotas nas universidades federais.

Em abril o Ministério da Educação e veículos de imprensa noticiaram: "Avaliação mostra bom desempenho de alunos do Prouni" (MEC, 10/04/07); "Estudantes do Prouni têm melhor desempenho no Enade" (O Globo, 11/04/07). De acordo com o relatório de notas do Enade 2006, aplicado em 14 cursos (Administração, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Normal Superior, Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo), tanto nas médias de formação geral, com componentes específicos quanto na média geral, os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) obtiveram notas superiores aos outros estudantes. Mais interessante ainda é que, em 13 dos 14 cursos avaliados, entre os estudantes do programa federal, os que têm bolsa integral (os mais pobres) tiveram melhores notas do que os que têm bolsa parcial.

Vale lembrar que o Prouni, programa do MEC que é um dos principais instrumentos de ação afirmativa do Governo, distribui bolsas integrais e parciais em instituições privadas credenciadas a estudantes de baixa renda (até 3 salários mínimos per capita); a estudantes oriundos de escolas públicas ou bolsistas de escolas particulares; e estabelece cotas para negros, indígenas e deficientes físicos. Já o Enade, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, é um importante instrumento de avaliação do ensino superior.

O que os resultados do Enade revelam? Dentre as possíveis respostas, podemos dizer que políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas pobres e/ou grupos sociais historicamente discriminados, são importantes medidas de democratização dos direitos. Os resultados do exame também mostram que os discursos contrários às ações afirmativas são apenas discursos sem base empírica. Como se pode constatar, os resultados do Enade não são princípios abstratos, mas dados concretos que mostram que, na realidade brasileira, as ações afirmativas constituem parte importante de um processo de universalização de direitos.

Os resultados positivos do desempenho dos bolsistas do Prouni fortalecem o ponto de vista dos movimentos sociais populares de que a constituição da democracia começa por medidas

de combate às desigualdades sociais, exatamente o que propõe o conceito de Ação Afirmativa. Portanto, além do Prouni, cabe ao Governo, através do MEC em especial, implementar outras medidas de ação afirmativa (como cotas nas universidades públicas) para avançarmos no processo de democratização, condição para a aceleração do crescimento com distribuição de renda.

Programa de Desenvolvimento da Educação

No início deste ano foi lançado o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). Foram anunciadas medidas como: piso salarial para professores; elaboração da Prova Brasil para crianças de seis a oito anos, para avaliar a alfabetização; realização de Olimpíada de Língua Portuguesa (a exemplo da já existente Olimpíada de Matemática); investimento na formação continuada de professores; universalização dos laboratórios de informática, criação do ProInfo rural; eletrificação das escolas públicas; produção de conteúdo digital multimídia; estabelecimento do programa Caminho da Escola para melhoria do transporte escolar; intervenções na educação no campo; mudanças na alfabetização de adultos; integração de ensino médio e ensino profissional via educação a distância; criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para suprir necessidades regionais de professores e profissionais para os chamados arranjos produtivos locais. A meta do PDE é a melhoria da qualidade no ensino público brasileiro em seus vários níveis, e o ministro da Educação destaca a importância de mobilizar a sociedade em torno do plano. A participação da sociedade foi também enfatizada pelo próprio presidente Lula na cerimônia de apresentação do PDE.

Entretanto, as medidas do PDE foram definidas e continuam sendo definidas sem uma participação efetiva da sociedade, especialmente dos movimentos sociais, sem consulta a outros setores do ministério, inclusive às várias comissões técnicas compostas por membros do Governo e organizações de vários segmentos e demandas sociais. Talvez por isso, algumas medidas consideradas ainda não tenham aparecido naquilo que o MEC divulga. Ações afirmativas para aceleração da elevação da escolaridade da população negra e promoção de igualdade racial e da diversidade no ensino superior são componentes fundamentais de uma democratização de direitos, como demonstram os exitosos resultados das experiências de acesso e permanência no ensino superior para estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e de famílias pobres.

Os resultados do Enade não deixam dúvida e faço um destaque: o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense é o curso da UERJ que possui os alunos de menor renda familiar, o maior número proporcional de negros, as menores notas de vestibular e, ao mesmo tempo, a melhor avaliação no Enade entre os cursos de Pedagogia do Rio de Janeiro. Na lógica daqueles que o reitor da UNB chama de "intelectuais da exclusão", os alunos desse curso de Pedagogia deveriam ter um baixo desempenho.

Discurso x prática

Além disso, notícias e fatos parecem sugerir um abandono, por parte do Governo Federal, do projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais. No discurso à Marcha dos Prefeitos, por exemplo, o presidente Lula declarou que o executivo pode "dar ordem" à sua base aliada para aprovação de projetos de interesse do Governo. O projeto de Lei que cria cotas nas universidades federais, modificado pelo próprio governo para contemplar negros e indígenas, encontra-se arquivado na Câmara dos Deputados, mesmo depois de aprovado por unanimidade em todas as comissões pelas quais passou. Recentemente, um pedido de desarquivamento feito pela deputada Nice Lobão foi indeferido pela mesa diretora da Câmara, presidida pelo PT. Apesar de o Governo possuir uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e dos discursos favoráveis do ministro da Educação e do próprio Presidente da República, o Governo não demonstra disposição e interesse em mobilizar esforços políticos para atender a uma proposta histórica do movimento negro e de comprovado sucesso nas universidades onde as cotas já são adotadas.

Será que Governo e Congresso temem os empresários e intelectuais da exclusão que atacam diariamente as ações afirmativas através dos seus veículos de mídia? É este o motivo de o PDE não contemplar políticas de redução das desigualdades raciais? Será que o Plano de Promoção da Igualdade Racial, os compromissos internacionais assinados e o próprio programa de Governo do presidente Lula são, como a lei do fim do tráfico de africanos, coisas "para inglês ver"? Se essas questões são procedentes, penso que os movimentos sociais precisam de mais mobilização para que o Congresso Nacional faça o que a maioria da população quer que seja feito em relação ao projeto de cotas: a sua aprovação.

Um Congresso de Negros e Negras do Brasil está sendo construído pelo Movimento Negro. É fundamental que este processo, além de constituição de um projeto político do povo negro para o Brasil, seja também fator de mobilização em torno de medidas objetivas de radicalização democrática, ou seja, de ações afirmativas de promoção da igualdade e diversidade racial nas instituições. Devem estar ainda incluídos debates sobre reforma curricular e formação de professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira e educação das relações raciais (Lei 10639/2003), sobre reforma universitária e a proposição da "Universidade Nova", sobre a necessária abertura à multiplicidade dos projetos de TV digital e TV Pública, entre outras.